



SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DO CONCEDENTE

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCEDENTE

Órgão/Entidade Concedente Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEASC	CNPJ 34.841.186/0001-23		
Endereço Rua Santa Luzia, nº 680			
Cidade Aracaju	UF SE	CEP 49015-190	DDD/Telefone (79) 3179-7676
Email: gabinete@seasc.se.gov.br			

1.2. RESPONSÁVEL LEGAL DO CONCEDENTE

Nome do Responsável Erica Lima Cavalcante Mitidieri	CPF 901. XXX.XXX-87
RG / Órgão expedidor 110.XXX SSP/SE	Cargo / Função Secretaria de Estado
Endereço Rua Delmiro Gouveia, 905	CEP
Cidade Aracaju	UF SE
Email: gabinete@seasc.se.gov.br	

2- DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente Prefeitura de Nossa Senhora Aparecida	CNPJ 13.101.308/0001-75		
Endereço Av. Abdon José Barreto, 1223, Centro.			
Cidade Nossa Senhora Aparecida	UF SE	CEP 49.540-000	DDD/Telefone (079) 3483-1212
Email gabinete.pmnsha@gmail.com			





SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

2.2 RESPONSÁVEL LEGAL DO PROPONENTE

Nome do Responsável Jeane de Jesus Barreto	CPF [REDACTED]	
RG / Órgão expedidor [REDACTED] 1100500 SSP-SE	Cargo / Função Prefeita de Nossa Senhora Aparecida	
Endereço [REDACTED]	CEP [REDACTED]	
Cidade Nossa Senhora Aparecida	UF SE	DDD/Telefone (79) 3483-1212
Email [REDACTED]		

2.3 IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

Órgão/Entidade Executor Fundo Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora Aparecida	CNPJ 14.797.461/0001-41		
Endereço Avenida Abdon Jose Barreto, S/N			
Cidade Nossa Senhora Aparecida	UF SE	CEP 49.540-000	DDD/Telefone 79 3483-1212
Email gabinete.pmnasa@gmail.com			

2.4 RESPONSÁVEL LEGAL DO EXECUTOR

Nome do Responsável ARETHA DE FREITAS MORAES	CPF [REDACTED]	
RG / Órgão expedidor [REDACTED]	Cargo / Função Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social	
Endereço [REDACTED]	CEP [REDACTED]	
Cidade Nossa Senhora Aparecida	UF SE	DDD/Telefone [REDACTED]
Email aretha_moraes@hotmail.com		

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Identificação do Objeto Aquisição e distribuição de cestas básicas de alimento	Período de Execução	
	Início	Término
	Dez./2023	Dez/2024
Problema a ser resolvido		
Garantir o acesso ao benefício eventual temporário de cestas básicas às famílias e ou indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social, tendo em vista a dignidade dos cidadãos e o direito humano à alimentação adequada, respeitando os hábitos alimentares suprindo a necessidade de alimentação, com olhar no direito à cidadania e o direito humano à alimentação, princípio estruturante da política de segurança alimentar e nutricional.		
Resultados esperados		
Entrega de cestas básicas à população vulnerável, sem acesso a meios de suprir a reprodução social cotidiana e de sua família, com dificuldade de acesso a alimentos		
Público-alvo		
Será beneficiado em torno de 391 famílias, cadastradas no cadúnico, tendo em vista a vulnerabilidade social.		

4. VALORES

Valor Global R\$50.020,63	Valor de Repasse R\$50.000,00	Valor de Contrapartida R\$ 20,63
Origem do valor de repasse		
Emenda Impositiva Estadual 2023; Programa Distribuição de Cestas de Alimentos criado pela Lei 9.155 de 07/01/2023 que tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para o município de Malhador para aquisição de cestas básicas.		
Autor(a) e valor da Emenda		
Talysson Barbosa Costa – R\$ 50.000,00		

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término
1	1	Aquisição e entrega de cestas básicas	UN	391	Dez./2023	Dez/2024





SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

6. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1.00)

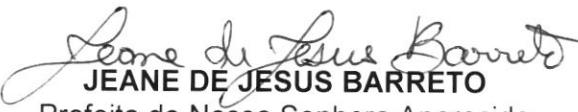
Descrição do item	Meta/ Etapa corresponde nte	Código de natureza de despesa	Valor unitário	UND	QDT	Valor total R\$
Aquisição de cestas básicas	1/1.1	3.3.50.10	127,93	UN	391	50.020,63
TOTAL						50.020,63

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

Número da Parcela	Responsável	Valor R\$	Previsão de desembolso		Meta/Etapa associada
			Mês	Ano	
1	Concedente (repasse)	50.000,00	Dezembro	2023	1/ 1.1
1	Proponente	20,63	Dezembro	2023	1/ 1.1

8. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DO PROPONENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL DO EXECUTOR

Aracaju, 04 de dezembro de 2023


JEANE DE JESUS BARRETO
 Prefeita de Nossa Senhora Aparecida

9. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Plano de Trabalho Aprovado conforme Parecer Jurídico nº 6065/2023 PGE/SE

Aracaju, 04 de dezembro de 2023


Erica Lima Cavalcante Mitidieri
 Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania





ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2023

CONVÊNIO que entre si celebram o ESTADO DE SERGIPE, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA-SEASC, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA, objetivando o apoio financeiro de Custeio.

Processo nº 8092/2023-CONVENIO-SEASC

O ESTADO DE SERGIPE, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – SEASC**, CNPJ nº 34.841.186/0001-23, com sede na Rua Santa Luzia, nº 680, Bairro São José da cidade de Aracaju/SE, neste ato representada por sua Secretária **ÉRICA LIMA CAVALCANTE MITIDIERI**, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/SE, inscrita no CPF sob nº [REDACTED], residente e domiciliada na [REDACTED], nomeada por Decreto em 09 de Janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado de 09 de Janeiro de 2023, doravante denominada **CONCEDENTE** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA** – CNPJ nº 13.101.308/0001-75, com endereço na Av. Abdon José Barreto, 1223, Centro. neste ato representado por sua titular **JEANE DE JESUS BARRETO**, portadora da Cédula de Identidade nº [REDACTED] SSP-SE e do CPF [REDACTED]. Prefeita Municipal, empossado conforme ATA DE POSSE datada de 01 de janeiro de 2021, doravante denominado **CONVENENTE** e o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA** – CNPJ nº 14.797.461/0001-41 com endereço na Avenida Abdon Jose Barreto, S/N Centro – Nossa Senhora Aparecida Sergipe, neste ato representado por sua titular **ARETHA DE FREITAS MORAES**, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] SSP-AL e do CPF nº [REDACTED] e CARGO de Secretária, nomeada pelo Decreto nº 54/2023 em 02 de Fevereiro de 2023, doravante denominado **INTERVENIENTE EXECUTOR**, resolvem celebrar o presente instrumento de CONVÊNIO para executar o objeto e as ações contidas no Plano de Trabalho deste Convênio, consoante disposições do Decreto estadual nº 25.720, de 20 de novembro de 2008, Emenda à Constituição Estadual nº 48/2019, de 25 de junho de 2019, Emenda Constitucional nº 53/2020 de 10 de dezembro de 2020, na Lei Estadual nº 8.878, de 05 de agosto de 2021, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício 2022, alterada pela Lei Estadual nº 8.942 de 28 de dezembro de 2021, da Instrução Normativa nº 003/CONGER/2013, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme estabelecem as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio, decorrente de Emenda Parlamentar Impositiva, tem por objeto o apoio financeiro de investimento, conforme descrito no Plano de Trabalho deste Instrumento, correspondente ao Programa: 0011 – Proteção dos Direitos e Assistência



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Social, cujos recursos financeiros serão transferidos pela CONCEDENTE ao CONVENENTE, conforme estabelecido nas Cláusulas seguintes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

O detalhamento do objeto, o cronograma de execução, as metas, as etapas, os serviços e as ações deste Convênio estão descritos no Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Para assegurar a execução do objeto deste Convênio, os partícipes, acima qualificados, assumem entre si as seguintes obrigações:

3.1 DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

- a) Exercer o acompanhamento da execução das metas, das etapas, dos serviços e das ações constantes do Plano de Trabalho deste Convênio;
- b) Transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho deste Convênio;
- c) Examinar e decidir quanto às eventuais necessidades de reformulação do Plano de Trabalho propostas pela CONVENENTE, submetendo-as ao pronunciamento da Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, quando for o caso;
- d) Publicar o extrato deste Convênio e de suas alterações, no Diário Oficial do Estado de Sergipe, dentro do prazo estabelecido pela legislação em vigor;
- e) Receber e analisar as prestações de contas apresentadas pelo CONVENENTE, quanto à regularidade formal e aos resultados alcançados com a execução do objeto deste Convênio;
- f) Comunicar à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe sobre a celebração do Convênio, após a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

3.2) DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

- a) Executar as ações e serviços inerentes à consecução do objeto deste Convênio, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos, previstos no Plano de Trabalho deste Instrumento;
- b) Manter os recursos deste Convênio em conta vinculada aberta no Banco do Estado de Sergipe - BANESE;
- c) Apresentar ao CONCEDENTE os relatórios comprobatórios da execução físico financeira do Convênio, em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;
- d) Apresentar ao CONCEDENTE a prestação de contas dos recursos transferidos, inclusive dos eventuais rendimentos das aplicações financeiras;
- e) Assegurar o livre acesso aos locais de execução das obras e serviços, bem como aos documentos comprobatórios da realização do objeto deste Convênio, tanto à CONCEDENTE quanto aos órgãos de Controle Interno e Externo;
- f) Garantir o cumprimento das normas e procedimentos de preservação ambiental na execução do objeto deste Convênio, consoante disposições da legislação municipal, estadual e federal, conforme o caso;
- g) Restituir os saldos financeiros remanescentes deste Convênio;



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

- h) Adotar as providências administrativas e legais cabíveis para observar as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e na Instrução Normativa nº 003, de 10 de maio de 2013 e suas alterações subsequentes, na contratação dos serviços e na aquisição dos materiais necessários à consecução do objeto deste Convênio;
- i) Providenciar a confecção e instalação da placa de identificação da obra ou serviço de engenharia, no prazo de até quinze dias, demonstrando o objeto do Convênio, o valor da obra ou serviço, a data de início e a data prevista de término, bem como o nome da empresa contratada, dentre outras informações obrigatórias. Conforme modelo fornecido pela Concedente;
- j) Assegurar e destacar, obigatoricamente, a participação do Governo Estadual em toda e qualquer ação promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA, incluindo textos e, obedecido o modelo-padrão estabelecido, a pôr a marca do CONCEDENTE nas embalagens, placas painéis e outdoors de identificação do projeto custeado com os recursos deste Convênio;
- k) Quando se tratar de Município, notificar à respectiva Câmara de Vereadores, os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais sediadas no âmbito do território municipal, quanto à liberação dos recursos, no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimentos dos recursos;
- l) Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário e se encontrar em efetivo exercício nas atividades inerentes à execução do objeto deste Convênio, inclusive assumir integralmente as responsabilidades por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias;

3.3) DAS OBRIGAÇÕES DA INTERVENIENTE

- a) Prestar à SEASC as informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização da execução do presente Convênio;
- b) Responsabilizar-se solidariamente como interveniente executor com a prestação de contas das ações desenvolvidas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para a execução deste Convênio correrão à conta dos créditos alocados no Orçamento do Estado de Sergipe, Unidade Gestora **24000** - Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEASC –, Unidade Orçamentária **24404** – Fundo Estadual de Erradicação e Combate a Pobreza - FUNCEP **08.244.0011** – Garantia e Proteção de Direitos, Inclusão, Assistência Social e Trabalho, no Projeto/Atividade **0455** – Distribuição de Cestas de Alimentos **3.3.50.41** - Contribuições, na Fonte de Recursos **1500**, mediante a emissão da Nota de Empenho nº _____, pelo CONCEDENTE, no valor global de **R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais) emitida em ____ / ____ / ____.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 5.1) O CONCEDENTE deverá transferir ao CONVENENTE, de acordo com o cronograma de desembolso financeiro, constante do Plano de Trabalho, os recursos financeiros no valor de **R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), em parcela única.



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

5.2) Os recursos adicionais que venham ser necessários à consecução do objeto deste Convênio terão seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONVENENTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1) A liberação dos recursos financeiros será realizada diretamente em conta bancária vinculada ao Convênio, após a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

6.2) Os recursos deste Convênio devem ser depositados em conta vinculada ao Convênio no Banco do Estado de Sergipe – BANESE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7.1) Os recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE serão movimentados no Banco do Estado de Sergipe, **Agência** , **Conta Bancária nº** , vinculada a este Convênio.

7.2) Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE não poderão ser utilizados para o pagamento de despesas realizadas em período anterior tampouco posterior à vigência deste Convênio, bem como não poderão ser utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida neste Instrumento.

7.3) Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança vinculada à conta deste Convênio, se o prazo previsto para sua utilização for superior a um mês.

7.4) As receitas financeiras auferidas, na forma do item anterior, serão registradas a crédito deste Convênio, podendo ser aplicadas na consecução/ampliação de seu objeto, dentro do prazo de sua vigência, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

7.5) Os eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão ou denúncia do Convênio, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, após a conciliação bancária da conta vinculada a este Instrumento, deverão ser restituídos ao CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, do evento.

7.6) Deverão ser restituídos, ainda, pela CONVENENTE todos os valores transferidos pelo CONCEDENTE, acrescidos de juros legais, a partir da data do recebimento dos recursos, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for apresentada, dentro do prazo estabelecido na Instrução Normativa nº 003, de 10 de maio de 2013, as respectivas prestação de contas parcial ou final;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa ao objeto e ao Plano de Trabalho deste Convênio;
- d) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 8.4.

7.7) Nas hipóteses previstas nos itens 8.5 e 8.6, o CONVENENTE será notificado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, restituir os valores transferidos pelo CONCEDENTE, acrescidos de juros legais.



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

7.8) Quando se tratar de Convênio firmado com Município, e não houver o cumprimento do prazo estabelecido no item anterior por parte do CONVENENTE, fica o CONCEDENTE autorizado a realizar o bloqueio das cotas do ICMS a que se refere o art. 158, inciso IV da Constituição Federal, na forma do Parágrafo Único do art. 160 da Constituição Federal, até o valor correspondente aos saldos financeiros do Convênio e transferi-los ao Tesouro Estadual.

7.9) Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam a tempestiva prestação de contas dos recursos do Convênio, dentro dos prazos estabelecidos nesta Cláusula, o CONVENENTE fica obrigado a encaminhar para o CONCEDENTE as justificativas e a documentação comprobatórias da ocorrência de tais eventos.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência deste Convênio, serão considerados de propriedade do CONVENENTE, exceto quando houver disposição em contrário dos partícipes.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS

9.1) O CONCEDENTE detém a prerrogativa de coordenar, acompanhar e avaliar os resultados das ações constantes do Plano de Trabalho deste Convênio.

9.2) Sempre que julgar necessário, o CONCEDENTE poderá realizar visitas *in loco* para acompanhar a execução e avaliar os resultados das atividades relacionadas ao objeto deste Convênio, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOCUMENTAÇÃO e DA CONTABILIZAÇÃO

10.1) O CONVENENTE obriga-se a registrar, em sua contabilidade, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos do CONCEDENTE, tendo como contrapartida conta específica do passivo financeiro, sem prejuízo do registro nas respectivas subcontas analíticas.

10.2) As Notas Fiscais, as Faturas, os recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios da execução deste Instrumento serão emitidos em nome do CONVENENTE, devidamente identificados com o número do Convênio, e serão mantidos em arquivo, em ordem cronológica, na sede da CONVENENTE à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de no mínimo 05 (cinco) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas pela CONCEDENTE.

10.3) O CONCEDENTE poderá solicitar a qualquer tempo ao CONVENENTE o fornecimento de cópias autenticadas da documentação comprobatória da execução do objeto deste Convênio;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

11.1) A Prestação de Contas da aplicação da totalidade dos recursos previstos na Cláusula Quinta, deverá ser apresentada ao CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o término da vigência do Convênio.

11.2) Em caso de ser constatada irregularidade ou inadimplência na Prestação de Contas final, a que se refere o item anterior desta Cláusula, o CONCEDENTE notificará a CONVENENTE para que, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, adote as providências cabíveis para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

11.3) Decorrido o prazo da notificação sem que a irregularidade tenha sido sanada ou cumprida a obrigação, o CONCEDENTE comunicará o fato, de imediato, ao respectivo órgão de controle interno para adoção das providências legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REEMBOLSO DAS DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

As despesas extraordinárias decorrentes da reformulação do Plano de Trabalho, dos projetos de engenharia, das despesas de vistoria das etapas das obras não previstas originalmente no Convênio, serão de responsabilidade da CONVENENTE, bem como as decorrentes da publicação do extrato dos Termos Aditivos no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da regularidade das obras e serviços executados com os recursos deste Convênio será realizada pela CONVENENTE, sem prejuízo da ação dos órgãos de controle interno e externo do Estado de Sergipe.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste Convênio tem início na data de sua assinatura, e será de 12 (doze) meses, encerrando-se no dia 04 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

A alteração das Cláusulas deste Convênio, inclusive quanto ao prazo de vigência, somente poderá ser efetuada por meio de Termo Aditivo mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, acompanhada de Plano de Trabalho, com as devidas modificações, a serem apresentados à CONCEDENTE no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS REGISTROS DAS COMUNICAÇÕES E OCORRÊNCIAS

As comunicações ou ocorrências, entre os participes, deverão ser apresentadas em original ou em cópia autenticada, quanto aos fatos relacionados à execução do presente Convênio, que serão considerados regularmente notificados a partir da data de entrega de Ofício protocolizado no Órgão ou Entidade signatária deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Para dirimir os conflitos decorrentes deste Convênio fica eleito o foro da Comarca de Aracaju/SE, em prejuízo de quaisquer outros.

E, por estarem assim justos e pactuados, os partícipes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam este Instrumento, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Aracaju/SE, 04 de dezembro de 2023

Erica Lima Cavalcante Mitidieri
ÉRICA LIMA CAVALCANTE MITIDIERI
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania

Jeane de Jesus Barreto
JEANE DE JESUS BARRETO
Prefeito do Município de Nossa Senhora Aparecida

Aretha de Freitas Moraes
ARETHA DE FREITAS MORAES
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora Aparecida

TESTEMUNHAS:

1^a Sílvio Valério Fonseca Cruz
CPF nº XXXXXXXXXX

2^a Quithi Conceição Faria Sá
CPF nº XXXXXXXXXX